



Condições Gerais de Contracto de Financiamento para Particulares

1. Regulamento Geral

A facilidade concedida pelo Banco fica sujeita às presentes Condições Gerais, às Condições Específicas, à legislação aplicável e aos usos bancários em geral.

2. Prazo e Produção de Efeitos

2.1 A facilidade é concedida pelo prazo descrito nas Condições Específicas, contando-se o seu início e produzindo efeitos a partir da data do desembolso do crédito na conta de depósitos à ordem do Cliente.

2.2 Em operações de financiamento por desembolso, não obstante o disposto no numero 2.1, a falta de pagamento pontual das prestações de capital, quando existam, e/ou juros, implica o imediato vencimento do crédito, nos termos do artigo 781.º do Código Civil.

3. Juros Remuneratórios

A facilidade concedida é onerada nos termos fixados nas Condições Específicas.

4. Juros Moratórios

Nos casos em que se acorde o pagamento sucessivo das prestações de capital e/ou de juros, a sua falta fará incidir sobre os montantes em dívida até à data do efectivo e total pagamento a taxa de capitalização prevista nas Condições Específicas.

5. Modalidade e Forma de Utilização

A facilidade é concedida na modalidade de Conta Empréstimo utilizada pela forma descrita das Condições

Particulares/Específicas.

6. Despesas

6.1 Todas as despesas/encargos inerentes à presente facilidade, nomeadamente o imposto de selo, o termo de autenticação notarial e/ou o reconhecimento presencial das assinaturas, quando exista, as despesas legais e os custos com a elaboração do contrato, bem como as comissões devidas correm, exclusivamente, por conta do Cliente.

6.2 Na falta de disposição especial relativamente as comissões, encargos e despesas, nas Condições Específicas, aplica-se a Tabela de Comissões do Banco em vigor.

6.3 São, ainda, da exclusiva responsabilidade do Cliente, todas as despesas judiciais e/ou extrajudiciais, incluindo honorários a advogados, necessárias à cobrança dos créditos emergentes deste contrato.

6.4 O Cliente expressamente reconhece ao Banco o direito de se reembolsar pelas despesas, custos e comissões inerentes ao presente contrato, que corram por sua conta e que tenham sido suportadas pelo Banco, debitando-se qualquer das suas contas de depósito à ordem.

7. Resolução do Contrato

O Banco poderá resolver o contrato no caso de incumprimento de qualquer obrigação assumida pelo Cliente, quer neste quer em outros contratos, que com o mesmo Banco tenha celebrado ou venha a celebrar.

8. Prova de Dívida

O extracto de conta e de posição do cliente, a correspondência trocada e demais documentações no âmbito desta facilidade constituem documento suficiente para a exigência ou reclamação do crédito.



9. Compensação de Saldos

O Cliente autoriza o Banco a movimentar, sem necessidade de prévia excussão de qualquer garantia e, independentemente desta, qualquer uma das contas de que seja titular, podendo reter, utilizar, mandar cativar ou transferir até ao limite das quantias em dívida, todos os saldos existentes nas referidas contas, sempre que se verifique uma situação de incumprimento de quaisquer obrigações contratuais, para assegurar o débito das prestações de capital e juros, nos termos previstos nas Condições Específicas.

10. Limitação de Responsabilidade

10.1 Para todos os efeitos, designadamente para os previstos no art.º 796 do Código Civil, a responsabilidade do Banco fica excluída independentemente da sua natureza ou fonte, sempre que a mesma não lhe seja imputável a título de culpa.

10.2 A responsabilidade do Banco, se existente, limita-se apenas ao montante ao qual o Banco concedeu/iria ao Cliente como financiamento.

11. Débitos

11.1 O Cliente autoriza, desde já, o Banco a debitar na conta todas as importâncias referentes as comissões, despesas, portes e encargos legais devidos pelos serviços prestados, de acordo com o Preçário aplicável.

11.2 Se a conta não se encontrar provida com saldo suficiente para que nela seja lançada a débito qualquer transacção ou a regularização de responsabilidades perante o Banco, fica este autorizado a debitar esse montante acrescido dos respectivos juros devedores, sobretaxa de mora e impostos em vigor, a descoberto ou em qualquer conta de depósitos existente no Banco em seu nome.

11.3 Os descobertos não regularizados vencem juros à taxa mais alta praticada pelo Banco para operações de crédito.

12. Cessação do Contrato

12.1 O presente contrato cessa designadamente:

- a) Pelo seu vencimento;
- b) Pela aplicação dos fundos mutuados a fins diversos dos referidos nas Condições Específicas;
- c) Pela falta da necessária provisão na conta D/O para reembolso:
 - Das prestações de capital e/ou juros, de acordo com o tipo de facilidade acordada, e bem assim como das comissões devidas ao Banco;
 - Das custas e despesas que o Banco haja feito, por conta do Cliente.
- d) Por incumprimento do contrato, em quaisquer das suas cláusulas;
- e) A verificação das circunstâncias acima determina a cessação imediata do contrato e produz efeitos imediatos a partir da data da verificação de uma ou mais das suas condições.

12.2 Caso o Cliente pretenda resolver o contrato, deverá fazê-lo no prazo de sete (7) dias após a celebração do mesmo, e o Banco deverá ser ressarcido de qualquer capital e respectivos juros remuneratórios já utilizados. O respectivo cancelamento só poderá ocorrer após tal devolução.

13. *Pari Passu*

O Cliente reconhece ao Banco, o direito de ser pago, pelo menos, em igualdade de circunstâncias com os seus restantes credores caso se verifique a existência de circunstâncias impeditivas do cumprimento pontual e integral do presente contrato, devendo este financiamento, ser liquidado em igualdade de datas e proporção.



14. Cross Default

14.1. O Banco pode, ainda, resolver o presente contrato verificando-se um ou mais dos seguintes factos:

- a) A assunção de quaisquer obrigações de crédito perante quaisquer instituições financeiras, a operar no País ou no Exterior, se, para o Banco, tal representar, ainda que de forma mediata, receios de incumprimento das responsabilidades em curso;
- b) A falta de cumprimento de quaisquer contratos em que o Cliente intervenha, bem como a rescisão, denúncia ou resolução contratuais, por causa imputável a esta e que para o Banco, represente ou venha a representar, mesmo a médio prazo, receios de incapacidade de cumprimento das responsabilidades assumidas;
- c) O pagamento judicial de dívidas que para o Banco possa representar, ainda que de forma mediata, o incumprimento ou cumprimento defeituoso deste contrato;

14.2. A resolução do contrato será sempre efectuada mediante comunicação enviada pelo Banco ao Cliente.

14.3. A comunicação de resolução terá efeitos imediatos, vencendo-se todas as quantias de capital e juros devidas pelo Cliente ao Banco por força deste financiamento, bem como os encargos dele derivados.

14.4. Na comunicação de resolução, o Banco informará ao Cliente do valor global em dívida, o qual deverá ser pago nos dois (2) dias seguintes findos os quais o Cliente incorre em mora.

15. Correspondência

15.1. Toda a correspondência relativa a esta facilidade, ou a outras em curso e/ou que venham a ser acordadas, serão dirigidas para os endereços constantes do presente contrato, podendo ainda ser enviadas por correio ou protocoladas ou outro meio de comunicação disponibilizado pelo Cliente.

15.2. Qualquer alteração ao endereço do Cliente constante deste contrato deve ser comunicado com antecedência mínima de quinze (15) dias, sob pena de não ser oponível ao Banco.

16. Modificações Contratuais

16.1 O Banco reserva-se o direito de alterar uma ou mais cláusulas deste contrato, mediante comunicação dirigida ao Cliente.

16.2 O acordo do Cliente a tais alterações decorre da devolução ao Banco da adenda (se aplicável) devidamente assinada e com certificação notarial da qualidade dos outorgantes.

17. Protecção de Dados

17.1 O Banco não divulgará a informação do Cliente para terceiros, com excepção da que seja obrigado a divulgar nos termos da lei ou nos termos do número 17.2 abaixo.

17.2 O Cliente autoriza que, quaisquer unidade organizativa do Grupo Standard Bank, as sucursais ou escritórios de representação do Banco estabelecidos no estrangeiro, bem como auditores, consultores externos ou as entidades fornecedoras ou licenciadores de serviços ao Banco, incluindo as sedeadas fora de Moçambique possam ter acesso a dados recolhidos e registados pelo Banco, quando e na medida em que tal se mostre necessário para a oferta ao Cliente de produtos ou serviços comercializados pelo Banco ou para o cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas entre o Banco e o Cliente.

18. Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo

18.1 O Banco poderá recusar ou suspender a execução da operação ordenada pelo Cliente, bem como cessar a relação de negócio ou facilidade com efeitos imediatos, nos termos da lei, nas seguintes situações:



Caso o Cliente participe, de qualquer modo, numa transacção considerada como de branqueamento de capitais; e

Caso o Banco tenha conhecimento que o Cliente utilizou ou pretenda utilizar as receitas de qualquer empréstimo para o financiamento de actividades de qualquer pessoa, ou entidade, que esteja incluída na lista de sanções internacionais ou num país que esteja sujeito a quaisquer sanções internacionais, na medida em que esse financiamento possa ser, actualmente, proibido por qualquer autoridade sancionatória internacional.

19. Actualização de Informação

19.1 O Cliente obriga-se a apresentar ao Banco, sempre que solicitado, documentos e a manter a sua informação actualizada, nos termos da Lei.

20. Lei e Foro

20.1 O presente contrato foi elaborado e reger-se-á pela Lei Moçambicana, sendo competente para a resolução de toda e qualquer questão por ele suscitada, o Tribunal identificado nas Condições Específicas, ou qualquer outro que as partes convencionarem.



Condições Específicas de Contrato de Financiamento

1.^a – Montante do Financiamento:

O Banco concede ao Cliente um financiamento o qual este se confessa devedor do Banco.

2.^a – Finalidade do Empréstimo:

O capital mutuado destina-se a prover ao Cliente de meios financeiros para o financiamento de suas despesas correntes.

3.^a – Forma de Utilização:

3.1. O empréstimo objecto do presente contrato será processado por crédito à conta depósito a ordem, sendo concedido na modalidade de conta empréstimo *revolving*.

3.2. O presente financiamento poderá ser renovado automaticamente, mediante à aprovação do Banco,

4.^a – Prazo:

O reembolso do capital far-se-á em um prazo máximo de 6 (seis) meses, com prestações mensais de capital e juros, com início aos 30 (trinta) dias após o desembolso, por débito à conta identificada na cláusula 3.^a deste contrato.

5.^a – Taxa de Juro:

5.1. Sobre o capital mutuado incidirão juros contados diariamente à taxa anual correspondente à *Prime Rate* do Sistema Financeiro, acrescida de um *Spread* máximo de 12,6%.

5.2. Por taxa *Prime Rate* do Sistema Financeiro, entende-se como a taxa única anual de referência para operações de crédito do sistema financeiro moçambicano, conforme seja periodicamente anunciado pelo Banco de Moçambique.

6.^a – Variação de Mercado:

6.1. O Banco reserva-se ao direito de alterar imediatamente a estrutura da taxa de juro aplicável ao financiamento, caso haja:

a) Aprovação de uma norma ou directiva a que o Banco seja obrigado a cumprir, ou

b) Alteração da situação do mercado que resulte no aumento de custo para o Banco.

6.2. Caso o Banco decida alterar a estrutura da taxa de juro, conforme referido em 6.1, este irá comunicar ao Cliente.

7.^a – Juros Moratórios e Juros Máximos:

Caso se verifique a falta de pagamento pontual das prestações de capital e/ou de juros, incidirá sobre os montantes em dívida até à data do efectivo e total pagamento a taxa de capitalização prevista na cláusula 5.^a agravada da sobretaxa de 2,0%, sem prejuízo da aplicação, a todo o tempo, de sobretaxa diversa ou da taxa máxima em vigor no Banco, à data da prestação.

8.^a – Forma de Reembolso de Capital e Liquidação de Juros:

8.1. O capital mutuado e os juros serão pagos mediante débito, desde já autorizado, na conta de depósitos à ordem da titularidade da/o Cliente referida neste contrato, que aquele se obriga a manter provisionada com fundos imediatamente disponíveis e suficientes para suportar aqueles débitos nas datas de vencimento.

8.2. No caso da referida conta não apresentar saldo suficiente nas datas valor de vencimento do capital e juros, o Banco poderá debitar quaisquer outras contas que o Cliente seja titular, ainda que denominadas noutras moedas, nas condições cambiais vigentes no Banco.



9.^a – Despesas:

9.1. Todas as despesas inerentes ao presente contrato, nomeadamente o imposto de selo, as despesas legais e custos com a sua elaboração, bem como as comissões devidas nos termos da Tabela de Serviços do Banco, incluindo a comissão de abertura, correm exclusivamente por conta da/o Cliente.

9.2. Pela abertura deste financiamento a Cliente pagará ao Banco uma comissão de administrativa de 2% do valor contratado.

9.3 Pela abertura do presente financiamento, o cliente pagará uma comissão de gestão mensal de MT 50,0 (cinquenta Meticais),

9.4. Pelo pagamento antecipado do presente empréstimo, a/o Cliente pagará uma comissão de penalização de 3,0% sobre o valor a amortizar.

9.5. São, ainda, da exclusiva responsabilidade do Cliente, todas as despesas judiciais e ou extrajudiciais, incluindo honorários a advogados, necessárias à cobrança dos créditos emergentes deste contrato.

9.6. O Cliente expressamente reconhece ao Banco o direito de se reembolsar pelas despesas, custos e comissões inerentes ao presente contrato, que corram por sua conta e que tenham sido suportadas pelo Banco, por débito a qualquer das suas contas de depósito à ordem.

10.^a - Liquidação e Pagamento do Imposto do Selo:

10.1. Nos termos do *decreto n.º 6/2004 de 1 de Abril* o valor da liquidação do imposto do selo desta operação de crédito é dar-se-á como se segue abaixo, importância que será entregue ao Estado pelo Banco até ao dia 20 (vinte) do mês seguinte ao desembolso deste financiamento.

Tributação do	Descrição		
	Prazo do Crédito	Taxa	Base Tributável
Crédito	Inferior a 1 ano	0.03%	Fracção mensal do crédito
Juro	N/A	2.00%	Valor do juro
Comissão de abertura	Prazo até 6 meses	2.00%	Valor do crédito

10.2 A assinatura deste documento considerar-se-á aceitação tácita do valor liquidado desde que, até à data da devolução do presente contrato ao Banco, não seja contestado pela/o Cliente.

11.^a – Garantia:

Em caução e garantia do bom e pontual pagamento de todas as responsabilidades emergentes deste contrato, ou as assim consideradas, passadas, presentes ou futuras, a/o Cliente:

11.1 Constitui a favor do BANCO, SEGURO DE PRESTAÇÕES, pelo valor total do financiamento, indicando o BANCO como principal beneficiário, ficando este com a faculdade de receber da seguradora, o capital e os juros devidos em caso de sinistro.

12.^a – Acordo:

O acordo do Cliente ao presente contrato de empréstimo e ao seu clausulado, nomeadamente constante das Condições Específicas e Condições Gerais, decorre da devolução ao Banco do presente documento devidamente assinado.



13.^a – Foro:

As partes designam o Tribunal Judicial da CIDADE MAPUTO, ou outro que as partes assim o convencionarem, como foro competente para dirimir conflitos decorrentes do presente contrato.